



CARTA SOBRE O PAGAMENTO E A REVISÃO DA IMPRESSÃO DAS CONSTITUIÇÕES DE GOA (1794)

Transcrição de José Jorge Gonçalves

CEH – Nova

CHAM – FCSH/Nova- UAç

Resumo

1794, Dezembro, 20, Goa

Carta do Arcebispo Primaz do Oriente ao Secretário de Estado Martinho de Mello e Castro abordando diversos assuntos, entre os quais se destaca a questão do financiamento da impressão das Constituições de Goa, sugerindo que se retire a verba necessária da Bula de Goa; também refere que o Superior da Congregação de São Vicente de Paulo se encontra disponível para colaborar na sua revisão.

Abstract

1794, Dezembro, 20th, Goa

Letter from Archbishop Primate of the East to the Secretary Martinho de Mello e Castro addressing several issues, among which highlights the issue of funding the printing of the Constitutions of Goa, suggesting to withdraw the necessary funds from the Bull of Goa; also states that the Superior of the Congregation of S. Vincente de Paul was available to assist on its review.

Arquivo Histórico Ultamarino, Conselho Ultramarino, Índia, Padroado do Oriente, caixa 499, s.n.

© *Fragmenta Historica* 3 (2015), (137-139). Reservados todos os direitos. ISSN 1647-6344



¹⁹⁹Documento

²⁰⁰Jll.mo e Ex.mo Senhor

Como na carta de 10 de Setembro de 93 me fala V. Ex.^a mais em tres pontos, nos quaes muito me intereço, vou satisfazer a elles em Carta particular. O primeiro hé a impressão das Constituições pelos motivos que expresso na Carta de 5 de Março de 93, e tenho declarado em todas as monções. Na ultima dizia eu, que estavaõ em poder do Ex.mo e Reverendíssimo Senhor Jnquizidor Geral, e nesta o affirmo com mais certeza; porque assim mo manda dizer elle mesmo em huma carta que Recebi. Rogo agora a V. Ex.^a, que propondo ao Principe Nossa Senhor a necessidade de todas estas Jgrejas, e Diecezes, que naõ tem outro Regimen mais do que algumas Pastoraes dos Prelados, mande dar as providencias necessarias para se imprimirem á custa da Bulla, ou como bem lhe parecer, attendendo a grande pobreza assim desta Dieceze, como de todas as mais Jgrejas. Julgo, que ellas naõ levaõ embaraço algum, e só contém alem do Direito Commum das Diecezes, os Costumes, e estilos particulares do Oriente, que saõ inalteraveis para estas Nasçoenes; e quando se encontrarem nellas algum impedimento, nem por isso se embarasse a impressão, porque com hum protesto de Procurador da Coroa tudo fica sanado. Digo isto, Senhor, porque perdida esta occziaõ, bem podem todas estas Jgrejas perder toda a experança de terem jamais Constituições por onde se governem. Ao Superior de S. Vicente de Paulo tenho eu encomendado // encomendado a correccão da impressão. Mandando o V. Ex.^a chamar, elle se incumbira de tudo.

O Segundo Ponto da Horta, e Palmar de S. Jgnes naõ consiste em mais, do que em mandar S. Magestade fique privilegiada de pagar Dizimos, ou por ser Horta, e Palmar da Mitra, como eu tenho mostrado no papel que Remetti a V. Ex.^a por todos os titulos izenta desta pençao, ou por graça e privilegio de S. Magestade pela grande opressão que tenho na satisfação dos Dizimos, visto ter o encargo de duas Missas quotidianas, e de se Repararem as Cazas com o Rendimento da mesma Horta e Palmar, e ultimamente pagar lá hum Capellaõ para ter cuidado dellas, por eu morar na Cidade há treze annos. Não tenho utilidade alguma na sua conservação, e só o faço por satisfazer os encargos, e naõ deixar perder tudo; a vista do que parece me naõ ter desmerecido esta graça a S. Magestade, quando julgue naõ ser de justiça.

O Terceiro Ponto hé o da fabrica da Torre, visto ter a grande Piedade de S. Magestade aplicado para esta obra no anno de 85 a particular Renda do tabaco que lhe costumava hir todos os annos, a qual ficando suspensa até agora por se ter perdido a Licença que vejo, sendo Governador D. Federeico Guilherme de Souza, nada se tem executado. Agora somen-/ somente peço a mesma Licença que vejo para se executar, pudendo ser, e havendo lugar pouco a pouco. Tres, ou quatro mil xerafins, que se gaste cada anno, se podera ir vencendo ao menos até chegar ao Cunhal da Sé, e evitar o perigo que está ameaçando por lhe faltar aquelle fecho.

Eu lembro a V. Ex.^a agora outro Ponto, e vem a ser o Ornamento preto em que tenho falado muitas vezes, para as funções Pontificaes, do qual de todo carece esta Sé e se fazem estas funções com tanta indecencia, que dezeno estar doente para não hir a ellas; pois ainda existe o que sempre teve, indigno de aparecer em publico. S. Magestade me mandou quatro mil cruzados com o que se fez Ornamento vermelho, fazendo eu a Vestimenta do Altar por naõ chegar. Agora a metade que me manda com algumas pessas de Veludo, ou ao menos de Velbuth, poder se hà Remediar a necessidade, e naõ padecerei o ludibrio que passo nestas occazioens. Tenho feito mais do que posso, mas as obras pela

¹⁹⁹ Os critérios de transcrição adoptados são os da Universidade Nova de Lisboa, sugeridos em João José Alves Dias et al., *Álbum de Paleografia*, Lisboa, Estampa, 1987.

²⁰⁰ À margem esquerda: "20 de dezembro de 1794".



grande pobreza desta Dieceze naõ podem conresponder aos dezejos. Tenha V. Ex.^a pacienza com tanta impertinencia no meyo de tantos cuidados; mas naõ h̄a outro remedio, se não soffrer-me.

D'Eos Guarde a V. Ex.^a muitos annos

²⁰¹Palacio de Goa 20 de Dezembro de 1794

a) Arcebispo Primaz do Oriente



²⁰¹ À margem esquerda: "Jll.mo e Ex.mo Senhor Martinho de Mello e Castro".

FICHA TÉCNICA

Título

Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática

ISSN

1647-6344

Editor

Centro de Estudos Históricos

Director

João José Alves Dias

Conselho Editorial

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA.
Doutorando em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

Conselho Científico

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Gerhard Sailler (Diplomatiche Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

Design Gráfico

João Timóteo

Índices

João Costa

Imagen de capa

Carta régia de D. Manuel I, assinada por D. Martinho de Castelo Branco, Lisboa, 1511.06.06 (ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 10, nº 45, código de referência: PT/TT/CC/1/10/45).

SUMÁRIO

Imagen da capa: Em torno da assinatura das cartas régias, p. 7

João Alves Dias

ESTUDOS

A Evolução da Assistência aos Expostos durante o Século XIX no Distrito de Leiria, p. 11

Kevin Carreira Soares

MONUMENTA HISTÓRICA

Diogo Faria, Filipe Alves Moreira, João Costa, José Jorge Gonçalves, Miguel Portela, Paulo Paixão, Pedro Pinto

Instrumento público de partilha dos bens entre Julião Eanes e Catarina Domingues (1396), p. 39

Testamento de Maria Vasques, moradora no Redondo (1396), p. 43

Carta de sentença sobre o direito de relego no lugar de Avô (1399), p. 47

Traslado em pública forma do testamento de Gonçalo Eanes da Silveira (1411), p. 51

Carta de contrato anual para o ofício de sineiro do Mosteiro de S. Vicente de Fora (1412), p. 55

Prestação de serviço de Estêvão do Couto (1412), p. 57

Contrato de fretamento de um baixel por parte de D. João (1416), p. 59

Venda de Herdade em Vale de Figueira (Évoramonte) (1424), p. 63

Demarcação de Herdade em Évoramonte (1424), p. 65

Contrato de serviço anual de caseiros na granja de Alenquer (1433), p. 67

LISBOA

2015

- Carta de D. Duarte a Fernan D' Alvarez del val de Corneja (1434), p. 69**
- Doação de direitos da Coutada de Pedra Alçada (1436), p. 71**
- Carta de D. Afonso V ao Conde de Alba (1461), p. 73**
- Doação de bens de D. Isabel de Castro e de D. Maria a D. Filipa, prima do Rei D. Afonso V (1466), p. 75**
- Carta de D. Afonso V de confirmação de privilégio a João Rodrigues (1481), p. 79**
- Carta de D. João II ao Duque de Alba (1483), p. 81**
- Aforamento de Herdades em Tavira (1484), p. 83**
- Aforamento de Olival em Elvas (1499), p. 87**
- Emprazamento de casal em Vilarinho de Cotas (1502), p. 91**
- Rendimento do Algarve no ano de 1508 (c. 1509), p. 93**
- Carta de D. Manuel I a Gonçalo Fernández de Córdoba (1512), p. 95**
- Aforamento de Vinha em Tavira (1522), p. 97**
- Minuta de instruções régias para uma embaixada a Itália (ant. 1538), p. 99**
- Episódios do reinado de D. João II num manuscrito do Palácio da Ajuda (1538), p. 115**
- Doação e repartição dos bens de Bento Pereira de Araújo (1664), p. 129**
- Contrato de arrendamento dos oitavos de Vila de Figueiró dos Vinhos (1674), p. 133**
- Carta sobre o pagamento e a revisão da impressão das constituições de Goa (1794), p. 137**
- Carta sobre a edição das constituições de Goa (1798), p. 141**
- Pedido para pagamento da impressão das constituições de Goa (1807), p. 143**
- Recibo de quantia paga para impressão das constituições de Goa (1807), p. 145**

ÍNDICES

- Índice cronológico dos documentos publicados neste número, p. 148
- Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 151

EDITORIAL

O presente número da *Fragmenta Historica*, o terceiro da sua série, dá especial relevância à publicação de documentos manuscritos, o que se pode considerar normal numa publicação periódica que tem como subtítulo: *História, Paleografia e Diplomática*.

Embora a História não seja apenas feita com documentação manuscrita, a maioria dos estudiosos dá, aparentemente, mais valor ao documento manuscrito e, dentro deste grupo, aos documentos escritos em pergaminho. É que se normalizou o pensamento para induzir que a documentação importante se escrevia nesse material, porque não era tão perene como o papel. É certo que a base está certa para os tempos mais recuados da denominada medievalidade europeia. O papel (feito a partir dos velhos trapos) era menos resistente à humidade. Assim, um contrato ou um testamento – que certamente teria de ser mostrado ao fim de largas dezenas de anos – tendencialmente era escrito em pergaminho. Outro fator prendia-se com a qualidade da tinta que ainda não deslizava – sem esborrar – com a mesma facilidade, nos dois materiais. Mas o material mais original tem naturalmente tendência para ir aparecendo escrito sobre papel. Se não aparece mais nesse material é pela sua escassez. A partir do século XV, o espontâneo e o efémero são praticamente apenas escritos sobre papel. Mas a grande massa dos documentos desse período que não se encontra registada em pergaminho, ainda está longe de ser classificada e conhecida. Assim, a História, conforme souber fazer interrogações diferentes, vai ter ainda muito para descobrir.

A riqueza da documentação presente neste número da *Fragmenta Historica* prende-se, ainda, com a origem dessa documentação. Uma parte substancial desta documentação teve origem nos arquivos particulares e estiveram à venda em leilões e livrarias. Alguns continuam em casas particulares mas outros foram resguardados da destruição no Centro de Estudos Históricos – uns comprados, outros doados e outros em depósito. Mas mesmo os documentos aqui agora publicados que se encontram em arquivos públicos, como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, eram na sua essência desconhecidos porque se encontram “encerrados” em códices de grandes dimensões, sem índices, o que dificulta o seu conhecimento. Por exemplo, a documentação do livro de notas de Afonso Guterres, tabelião do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, revela-nos pormenores do quotidiano esquecido, em especial a quantificação do valor do trabalho. Mas o recuperar uma carta-régia portuguesa que estava «perdida» e afastada da investigação portuguesa – carta de D. Manuel I, datada de 1512, assinada pela sua mão – porque se encontrava em Madrid, no Archivo y Biblioteca de Francisco Zabálburu, complementa o tema tratado na capa deste mesmo número, mas o facto de não ter mencionado o nome do escrivão pode tornar a carta mais interessante.

No tratamento das fontes e no recriar da História apresenta-se uma incursão sobre os expostos do município de Porto de Mós, ao longo do século XIX.

Foram vários os trabalhos propostos para publicação. Uns não correspondiam às orientações que o Conselho Editorial entende, e bem, que a Revista deve ter. Outros encontram-se ainda em apreciação pelos «pares» ou em revisão depois dessa apreciação. Quer aos revisores quer aos autores a direção agradece a boa vontade e os esforços despendidos. Sem eles a revista não poderá alcançar as metas que deseja: a da credibilidade e a da afirmação no meio Científico.

João Alves Dias

IMAGEM DA CAPA

Em torno da assinatura das cartas régias

João José Alves Dias

São várias as inquietações que têm acompanhado a investigação elaborada nos diferentes projetos em torno da produção da designada *Chancelaria Régia* que temos elaborado e coordenado no Centro de Estudos Históricos, nomeadamente para a publicação das coleções *Chancelarias Portuguesas e Cortes Portuguesas*.

Uma inquietação (a primeira) que sempre acompanhou toda a investigação em que a produção da Chancelaria Régia – que tudo produz em nome do Rei – foi confrontada, era a de saber se os documentos dela emanados tinham sido, ou não, elaborados em conselhos régios, com a presença régia.

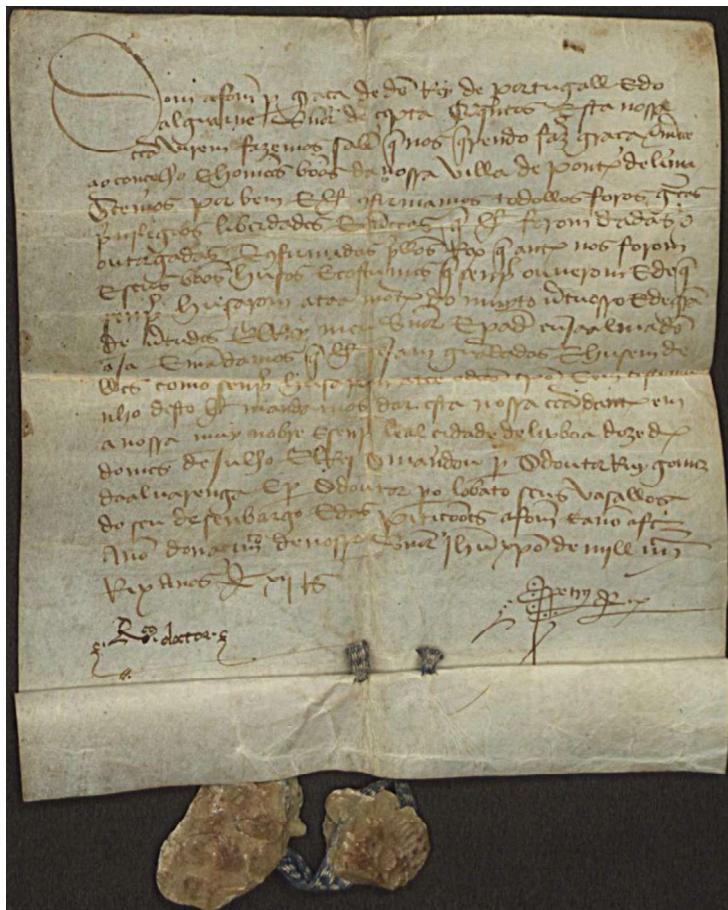
Muitas das incongruências que, por vezes, foram apontadas – quer na elaboração de itinerários régios quer na indexação cronológica da própria documentação – devem-se antes ao facto do historiador tomar conhecimento de determinado ato não por um documento original mas antes pelo seu registo na Chancelaria Régia.

Comummente partia-se do princípio que quer a Carta quer o Alvará régios eram produzidos por determinação do monarca. Temos, hoje, a consciência que a maioria, senão mesmo a totalidade, da

documentação – dita régia – que inclui a expressão «el Rei o mandou» corresponde a uma prévia delegação de poderes e que o monarca esteve fisicamente ausente na sua produção (embora teoricamente por ela seja responsável). Assim, existem antes *cartas régias* que foram emanadas pelos diferentes serviços ou departamentos da Chancelaria – que na maioria das vezes acompanham, por perto, a itinerância do Rei, mas que, em outras vezes, se encontram distribuídos pelo diferente espaço físico do reino – que são «mandadas» fazer, a um mesmo tempo cronológico, mas em relação às quais o «rei» pode inclusive desconhecer a sua produção. Essa documentação foi elaborada pelo membro, ou membros, do conselho ou do desembargo – com as mais variadas designações e variando entre um ou dois oficiais conforme o nível da documentação – responsáveis pela sua fiscalidade e execução (que essa delegação tinham recebido).

Depois de teorizada a hipótese, deixaram-se os «Livros de Chancelaria» e partiu-se para a documentação «régia» avulsa. Não encontramos nenhuma carta-régia assinada *per manu propria* do monarca desde que tivesse a expressão «el rei a mandou», ou similar. Em contrapartida, todas as cartas que não tivessem essa expressão encontravam-se assinadas com o autógrafo régio. Lembre-se que em qualquer dos casos aparece sempre expresso o nome do escrivão que a redigiu.

Observemos apenas alguns exemplos:

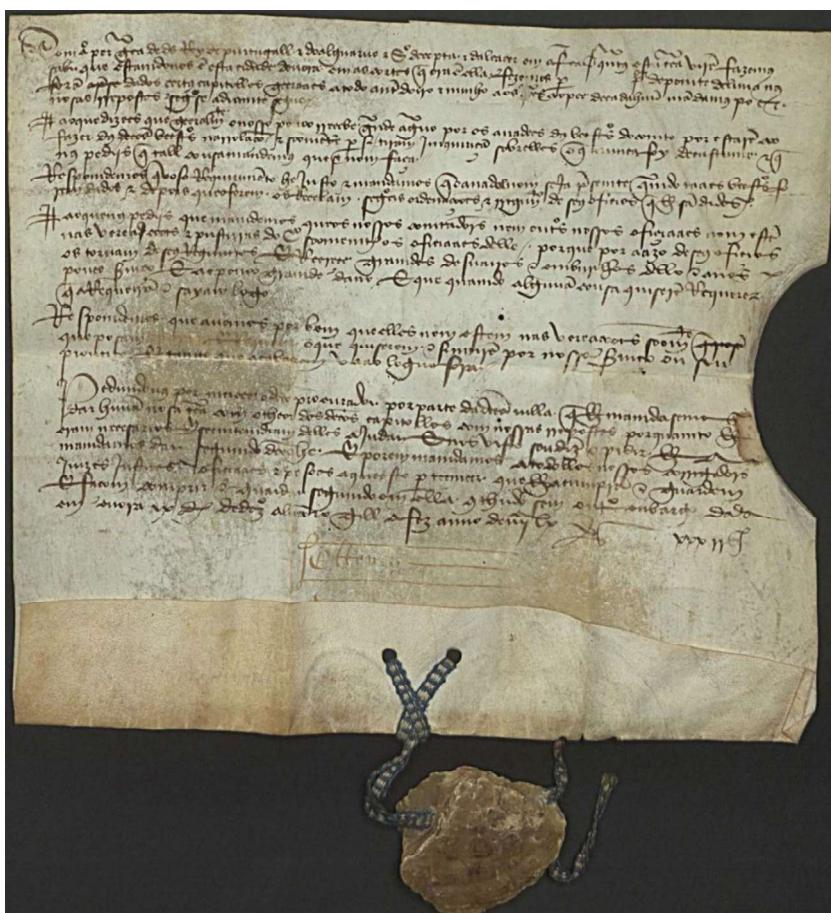


Ponte de Lima, Arquivo Municipal, Pergaminho 25
(PT/MPTL/CPGPTL/0025)

Dom afomso per graça de deus Rey de portugall e do alguarue Senhor de cepta A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merçee ao conçelho e homeens boons da nossa villa de ponte de lima Teemos por bem e lhe confirmamos todollos foros graças priujlegios liberdades e mercees que lhe forom dadas e outorgadas e confirmadas pellos Rex que ante nos forom e seus boons husos e costumes que sempre ouueram e de que sempre husarom ata a morte do muyto uirtuoso e de grande uirtudes El Rey meu Senhor e padre cula alma deus ala
e mandamos que lhe selam guardadas e husem delles como sempre husarom atee o dicto tempo
e em testemuño desto lhe mandamos dar esta nossa carta
dante em a nossa muy nobre e senpre leal çidade de lixboa doze dias do mes de Iulho El Rej O mandou
per O doutor Ruy gomez d aaluarenga e per O doutor pedro lobato seus vasallos do seu desembargo E
das Pitioões afomso eannes a fez Anno do naçimento de nosso Senhor **Iesu christo** de mijl **iiij^c** R ix
Annos • xij Reaes

a) Rodericus doctor

a) Petrus



Ponte de Lima, Arquivo Municipal, Pergaminho 30
(PT/MPTL/CPGPTL/0030)

Dom afomso per graça de deus Rey de portugall e do alguarue e Senhor de cepta . e d alcaçer em africa
A quantos esta carta virem fazemos saber que estamdo nos em esta cidade d euora em as cortes que

ora em ella fezemos per [¹] procurador de pomte de lima nos foram [²] dados certos capitollos geeraaes a todo antre doiro e minho aos quaees ao pee de cada huū mandamos por nosas repostas segumdo se a diamte segue.,

Item ao que dizees que geeralmemte o nosso pouoo rreçbe grande agrauo por os anadees dos beesteiros do comto por estarem ao fazer dos dictos beesteiros na rrolaçom e somente per si tiram Imquiriçam sobr elles o que nunca foy de custume e que nos pedijs que tall cousa mandemos que se nom faça .,,

Respondemos que voso Requirimemto he lusto e mandamos que o anadel nom sela preseme quamdo taaes beesteiros forem dados e depois que o forem . os Recebam . segundo as ordenações e rregimemto de seus ofícios que lhe sam dados •

Item ao que nos pedijs que mamdamos que os nossos comtadores nem outros nossos oficiaaes nom estem nas vereaçoes e pusturas do Congelho soomemte os oficiaaes delle .. porque per aazo de seus ofícios os toruam de seus Regimemtos E Recreçe gramdes desuairos e emburilhos dello e a nos pouco seruiço e ao pouoo gramde dano , e que quamdo alguña cousa quiserem Requerer que a Requeiram e sayam logo .,

Respondemos que auemos por bem que elles nom estem nas vereaações soomemte [³] que posam emtrar E Requerer o que quiserem . e semtirem por nosso seruiço ou seu proueito E tamto que acabarem vaao loguo fora.,,

Pedimdo nos por merçee o dicto procurador por parte da dicta uilla que lhe mamdasemos dar huña nosa carta com o theor dos dictos capitollos com nossas repostas por quamto lhe mamdamos dar segumdo dicto he.

E porem mamdamos a todollos nossos corregedores luizes lusticas oficiaaes e pesoas a que esto perteemcer que lha cumpram e guardem E façam comprir e guardar segumdo em ella . comthudo sem outro enbargo

dada em euora ix dias de dezembro aluaro gill a fez anno de iijj^c ix • xxx rreas

a) El Rey

E, por fim, o documento da capa [Lisboa, A.N.T.T., Corpo Cronológico, Parte I, mç. 10, n.º 45]:

Dom manuell per graça de deus Rey de portugall e dos algarues daquem e dalem mar em africa Senhor de guinee etc. mandamos a vos Recebedor da sysa do trigo da nosa Çidade de lixboa e ao stprium dese ofício que do Remdimento della deste año presente de b^c xj, deis a Senhora Rainha dona lianor minha Irmã dozemtos e trinta seis mill reaes que lhe mamdamos dar e o dito anno de nos ha d aver de suas temças, Dos quaes lhe vos fazee bom pagamento

e per esta nosa carta com o conhecimento do oficial ou pessoa a que os a dita Senhora mamdar emtregar,, mamdamos que vos sejam leuados em Comta,

dada em lixboa a bj dias de lunho El Rey o mamdou per dom martimho de castel bramco etc do seu conselho e vedor de sua fazenda, diogo vaasquez o fez de mil e b^c xj •

dom martjnho

¹ Espaço em branco no original; destinava-se a colocar o nome do procurador.

² Riscado: «aprese».

³ Riscado: «que pesam».